



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Estados Unidos e China na primeira década do século XXI:

Os custos da Guerra ao Terror e as mudanças na interdependência assimétrica

Bruno Hendler; Antônio J. E. Brussi

Como citar: HENDLER, Bruno; BRUSSI, Antônio J. E. Estados Unidos e China na primeira década do século XXI: os custos da Guerra ao Terror e as mudanças na interdependência assimétrica. *In:* VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA:** na atual conjuntura da economia-mundo capitalista. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 49-80.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-415-8.p49-80>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ESTADOS UNIDOS E CHINA NA PRIMEIRA
DÉCADA DO SÉCULO XXI: OS CUSTOS DA
GUERRA AO TERROR E AS MUDANÇAS NA
INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA

Bruno Hendler

Antônio J. E. Brussi

Se a ascensão e queda de grandes potências é um dos fenômenos que mais fascina e intriga os cientistas sociais, a relação entre poderes ascendentes e declinantes em períodos de turbulência global é um objeto de extrema relevância para o progresso do conhecimento nesse campo de pesquisa. Tão relevante quanto a compreensão das vantagens competitivas que alçaram as Províncias Unidas, a Inglaterra, e os Estados Unidos à condição de poder hegemônico do sistema-mundo moderno é o estudo das relações entre esses “complexos de ponta” nos períodos de transição de um para o outro. Logo, para se compreender o funcionamento histórico do sistema-mundo moderno bem como suas tendências atuais, faz-se necessário ultrapassar os limites da análise individual de cada um desses arranjos e identificar, nas relações entre eles, possíveis continuidades e rupturas nas relações prevaletentes no sistema interestatal.

A primeira seção deste artigo é de caráter histórico-empírico aonde se vão analisar as transições históricas sob o prisma teórico dos *ciclos sistêmicos de acumulação* (CSAs)¹ de Giovanni Arrighi (1996) e do padrão também identificado por Chase-Dunn (1989). A partir dessas orientações, depreende-se que uma hegemonia em declínio (A) e em processo de expansão financeira é pressionada por um poder emergente revisionista (B) que, insatisfeito com a ordem internacional vigente, tende a potencializar o caos sistêmico culminando em um período de conflito generalizado. Então, como resposta a essas pressões, o *hegemon* ameaçado (A) é induzido a aliar-se a outro poder emergente (C) para combater a ameaça militar de (B); (A) e (C) vencem o conflito e (C) emerge como a nova hegemonia.

No contexto da atual instabilidade econômica e de incerteza política sistêmicas não seria incorreto argumentar que desde a aproximação bilateral entre os Estados Unidos e a China, em fins dos anos 1970, tem havido uma redução das assimetrias entre os dois países, de forma que o desequilíbrio apresentado pela vulnerabilidade chinesa nas décadas de 1970 e 1980 tem recuado frente a um aumento da vulnerabilidade norte-americana a partir de meados dos anos 1990. Nesta conjuntura, a Guerra ao Terror² poderia ser encarada como o conflito da hegemonia

¹ Giovanni Arrighi desenvolveu o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) para analisar as estruturas de longa duração do capitalismo histórico, associando-as à ascensão e queda de hegemonias mundiais. O autor percebe que esses ciclos seguem um padrão de “prosperidade/expansão material” e “depressão/expansão financeira” de acordo com a lei de valorização do capital de Marx (DMD’ ou dinheiro – mercadoria – mais dinheiro). A fase de prosperidade ou de expansão material do centro capitalista ocorre quando as inovações presentes na aliança entre o capital e o Estado hegemônico são absorvidas e difundidas pela economia real e o capital disponível é investido nos setores produtivo e comercial, levando o sistema a um novo ajuste espacial, que cria condições para o surgimento de divisões de trabalho mais amplas e/ou profundas. Nessas condições, o retorno do capital investido no comércio e na produção aumenta; o lucro tende a ser reaplicado, de modo mais ou menos rotineiro, em mais expansão do comércio e de produção; e, conscientemente ou não, os principais centros do sistema cooperam para manter a expansão uns dos outros (ARRIGHI, 2008, p. 241). Já a fase de depressão/expansão financeira coincide com o declínio ou “outono” hegemônico, quando as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas. Um volume crescente de capital, na sua forma líquida e mais flexível, vai procurar sua valorização na esfera financeira (Arienti; Filomeno, 2007, p. 120-121).

² O termo Guerra ao Terror será utilizado neste trabalho como referência à campanha liderada pelos Estados Unidos, sob as administrações de George W. Bush e Barack Obama, de combate a redes de terrorismo global e regimes que supostamente os apoiam – de acordo com os documentos oficiais da Casa Branca (<http://www.whitehouse.gov/>). Considera-se Guerra ao Terror os fatos que ocorreram entre os ataques de 11 de setembro de 2001 e a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, em dezembro de 2011, recebendo maior atenção os dois engajamentos militares no Afeganistão e no Iraque, liderados pelos EUA e apoiados pela Grã-Bretanha e outros países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

norte-americana (A) contra um emergente revisionista (B), que teria como vencedor o emergente associado (C), no caso a própria China.

Entretanto, algumas evidências do momento atual precisam ser devidamente consideradas, pois a direção do processo encontra-se, no presente momento, marcada por boa dose de incerteza. Entre outras peculiaridades do outono sistêmico atual é indispensável lembrar que: 1) Embora os EUA venham enfrentando desgastes e desafios, permanecem como a maior e mais dinâmica economia do mundo e com uma supremacia militar incontestada, de forma que não há atualmente um único Estado capaz de substituí-lo (CHASE-DUNN; INOUE, 2012, p. 158); 2) O emergente associado, a China, apresenta características próprias que tornam ainda mais intrincado o processo, especialmente por uma relação complexa e enraizada em sua própria região além do fato de ser um país não ocidental, fato que torna ainda mais peculiar sua relação com o Ocidente; 3) No caso dos EUA, o emergente revisionista (B) não é um Estado expansionista ou uma organização específica, mas uma situação de constante conflito com inimigos variáveis, onde gastos crescentes em defesa combinam-se com a conjuntura econômica de expansão financeira e de ruptura de instituições criadas pela própria hegemonia. Esta situação conflitante teve origem na década de 1970, como resultado da crise econômica nos EUA e associada aos gastos da Guerra do Vietnã, agravados pelos gastos da chamada “Segunda Guerra Fria” durante o governo Reagan e que, desde 2001, tem no terrorismo islâmico a principal ameaça a vencer.

Para Fiori ([2009], p. 48), a atual relação sino-americana é, ao mesmo tempo, complementar e competitiva, política e econômica, fazendo o sistema mundial retornar à lógica da busca incessante por poder e riqueza. Exceção foi o período da Guerra Fria, quando os EUA mantinham uma competição militar com a União Soviética – um país que pouco afetava a economia americana – e mantinham relações econômicas dinâmicas com países sem autonomia militar, como Alemanha e Japão.

O que faz da China um quebra-cabeça complexo para os norte-americanos é o fato de o país possuir, ao mesmo tempo, autonomia política e militar como a União Soviética e importância econômica nos EUA como Japão e Alemanha no pós-guerra. Portanto, o intuito deste trabalho é apresentar algumas pistas para a compreensão dos efeitos que o dinamismo

e a proeminência das relações sino-americanas poderão ocasionar aos rumos do sistema mundial moderno.

1 SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE NA INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA

A relação “hegemonia em declínio – emergente associado” é objeto fundamental no campo de análise do sistema-mundo moderno e o diálogo com os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade de Joseph Nye pode facilitar a sua compreensão. Conforme dois países estreitam laços econômicos os mais variados, há uma tendência de seus agentes empresariais desenvolverem uma relação de mútua dependência, também conhecida como interdependência. Uma vez que essas trocas estejam inseridas em uma economia-mundo capitalista marcada pela desigualdade e afetada por relações desiguais de poder entre os Estados, é natural que as assimetrias apareçam. Logo, a interdependência raramente é equilibrada, e suas assimetrias são verdadeiras fontes de poder, que podem ser mensuradas por meio da sensibilidade e vulnerabilidade de cada agente (NYE, 2011, p. 55).

A sensibilidade tem um caráter quantitativo, sendo definida como a quantidade e ritmo dos efeitos da dependência mútua, ou seja, pela rapidez com que as mudanças em uma parte produzem impactos em outra. Já a vulnerabilidade é qualitativa. Nye a define como a capacidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2009, p. 254; 2011, p. 54). Assim, dois países A e B muito sensíveis um ao outro podem obter benefícios mútuos em termos absolutos, mas é a capacidade do país A em reagir a custos (reais ou potenciais) impostos por B que garante ao primeiro um excedente de poder. Logo, o país A tem que enfrentar o desafio de aprofundar laços com o país B, tornando-se mais sensível a este, mas tem também que evitar que esta interdependência o torne mais vulnerável em termos relativos.

Em comum, os emergentes que se transformaram em hegemonias mundiais tiveram uma relação diferenciada com o poder hegemônico que os precedia, daí o termo “emergente associado”. Nesses períodos de transição, o emergente logrou reduzir suas vulnerabilidades em relação ao

estado hegemônico em declínio que, por sua vez, tornou-se gradualmente mais vulnerável até ser finalmente substituído.

2 MUDANÇAS NA INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA ENTRE AS PROVÍNCIAS UNIDAS E A INGLATERRA (1688-1784)

Embora a superioridade bélica das Províncias Unidas seja questionável até mesmo durante seu esplendor em meados do século XVII, é lícito referir-se ao termo “hegemonia holandesa” devido à centralidade comercial e financeira de Amsterdã na economia-mundo capitalista de então, ao papel que suas companhias de comércio exerceram na geração de riqueza e, por conseguinte, na produção de sua própria proteção ao dispensar o amparo de grandes Estados monárquicos como a Espanha dos Habsburgo e a França Bourbon. Porém, o déficit de poder coercitivo fez das Províncias Unidas uma potência vulnerável a seus principais competidores, França e Inglaterra, que por meio de “guerras de ajustes” fragilizaram-na irremediavelmente poucas décadas após sua ascensão.

A transição hegemônica das Províncias Unidas para a Inglaterra começou em fins do século XVII e, por volta de 1815, após as Guerras Napoleônicas, já era passado havia décadas. Embora muitos aspectos mereçam destaque, nos propomos a identificar as mudanças nas vulnerabilidades entre ambas. Após três guerras anglo-holandesas de curta duração, sendo a última (1672-74) fruto da aliança anglo-francesa contra as Províncias Unidas, Inglaterra e Holanda iniciaram um longo processo de aproximação política e econômica e, em ambas as esferas, os ingleses saem fortalecidos e os holandeses mais vulneráveis.

Na geopolítica europeia, o expansionismo continental e comercial francês catalisou a aliança anglo-holandesa (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 55), fortalecida com a ascensão do holandês Guilherme de Orange ao trono real inglês na “Revolução Gloriosa” em 1688. Com sua força naval desgastada após três guerras, a Holanda passou a desempenhar um papel secundário e desgastante de auxílio aos ingleses no combate à França (BOXER, 1965, p. 111).

Na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) em que França e Inglaterra se enfrentaram novamente, coube aos holandeses fornecer

3/8 do poder marítimo aos 5/8 da Inglaterra e um exército de 102 mil homens para se juntar aos 40 mil do exército britânico. Nas palavras de Mahan (apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 57), “[...] essa divisão geoestratégica aprisionou a Holanda na guerra terrestre, o que minou suas forças, permitindo à Grã-Bretanha concentrar-se em construir seu poderio naval.” Em suma, os gastos holandeses com a guerra³ reduziram sua força naval e aumentaram a dívida interna do país, que precisou buscar recursos financeiros no emergente associado, a Inglaterra, para honrar seus compromissos.

Na esfera econômica, o endividamento holandês com gastos militares se associou à carência demográfica, à onda de protecionismo no Báltico, que limitou o acesso privilegiado aos produtos primários e à concorrência produtiva e comercial britânica. Se ao final do século XVII a Holanda já estava vulnerável à superioridade naval britânica, em meados do século XVIII suas companhias de comércio perdiam rentabilidade frente às homônimas inglesas, reduzindo o peso econômico de Amsterdã na produção de manufaturas e no comércio mundial⁴.

Nesse sentido, o ciclo de acumulação holandês chega à sua fase de expansão financeira a partir de 1740 e o excesso de capital ocioso na bolsa de Amsterdã encontra nas companhias inglesas a rentabilidade necessária para se reciclar. Assim, o poderio marítimo holandês reduziu-se à medida que o inglês foi ampliado e os holandeses recuaram para o papel de financiadores das atividades estatais e das guerras inglesas. Logo, as fontes de riqueza da Holanda passaram a depender cada vez mais da Inglaterra, tornando-a imensamente mais vulnerável a esta.

Em contrapartida, a Inglaterra, cujas companhias de comércio e primeiras indústrias haviam se desenvolvido com capital holandês, reduzira sua vulnerabilidade em relação à Holanda em parte como resultado de pilhagens e conquistas coloniais, principalmente na Índia, cujo fluxo de riqueza permitiu que quitasse sua dívida externa (ARRIGHI, 1996, p.

³ A dívida nacional da República Holandesa passou de 30 milhões de *guilders* em 1688 para 148 milhões de *guilders* após a Guerra de Sucessão Espanhola em 1713 e sua vulnerabilidade em relação à Inglaterra aumentou conforme os juros de empréstimos do tesouro inglês para os holandeses foram elevados de 6% para 9% (BOXER, 1965, p. 105).

⁴ Boxer (1965, p. 108) afirma que já em princípios do século XVII, carpinteiros navais ingleses iam às Províncias Unidas aprender as técnicas mais avançadas de construção de navios para trazê-las de volta à Inglaterra.

215). Assim, quando em 1780 o poderio britânico libertou-se do capital holandês, as vulnerabilidades haviam se invertido completamente. A Holanda deixara de ser uma grande potência naval e suas fontes de riqueza, outrora soberanas e pujantes, ficaram à mercê da Inglaterra. Por sua vez, a Inglaterra, que por muito tempo precisara do suporte militar e financeiro dos holandeses, derrotou-os em um breve confronto em 1782-84 para, em seguida, subjugar a França Napoleônica ao compor uma coalizão com alguns Estados europeus e, dependendo apenas de seus próprios recursos materiais, tornou-se a potência hegemônica do século XIX.

Ao contrário da hegemonia holandesa, a britânica dispôs, durante o século XIX, de uma superioridade bélica considerável, além de tornar-se o centro econômico mundial ao internalizar a produção agroindustrial e difundir a visão do liberalismo de acordo com seus próprios interesses. Logo, enquanto os holandeses inovaram na esfera comercial, os ingleses inovaram na esfera produtiva, trazendo para a soberania do império tanto a produção agropecuária de suas colônias quanto a produção industrial da metrópole. Ademais, enquanto a superioridade militar e econômica das Províncias Unidas foi contestada logo após sua consolidação hegemônica, a liderança britânica passou a enfrentar rivalidades e concorrências reais apenas meio século após sua consolidação em 1815, com a unificação alemã (1871) e a vitória dos estados do Norte na Guerra Civil norte-americana (1861-65).

3 MUDANÇAS NA INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA ENTRE A INGLATERRA E OS ESTADOS UNIDOS (1865-1918)

Ao contrário da turbulenta relação política anglo-holandesa nos séculos XVII e XVIII, a relação anglo-americana pós 1812 foi pacífica e marcada por poucos desentendimentos. Esta “relação especial” decorrente de afinidades políticas, culturais, religiosas e linguísticas (ZHU, 2006, p. 56), foi transformada com a industrialização norte-americana em escala continental e pela expansão financeira centrada em Londres – ambos os fenômenos da segunda metade do século XIX.

Em que pesem essas diferenças, a proximidade econômica entre estado hegemônico e emergente associado nas duas transições é semelhante. Assim como a Inglaterra canalizou capitais holandeses e

copiou o modelo das companhias de comércio para posteriormente desenvolver seu modelo industrial/imperial com recursos próprios, os Estados Unidos também canalizaram capitais ingleses e copiaram o estilo de indústria familiar inglesa para, em seguida, desenvolver seu modelo de grandes corporações com recursos próprios (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 152). Logo, a vulnerabilidade da economia norte-americana em relação à inglesa foi maior nos primeiros estágios de desenvolvimento, diminuindo gradualmente durante o período da *Belle Époque* (1870-1914) e mais rapidamente no período compreendido entre as duas guerras mundiais.

Da independência (1776) à Guerra de Secessão (1861-1865) os EUA estiveram bastante vulneráveis à Inglaterra, desempenhando atividades periféricas, como a exportação de produtos primários para as indústrias britânicas e a participação no comércio triangular com a América Central e outros países europeus. As indústrias ainda incipientes nos estados do norte reproduziam o modelo familiar inglês e dependiam de bens de capital e tecnologias, em boa medida vindas daquele país.

Porém, com a vitória do norte na guerra civil, foram adotadas medidas de proteção à indústria doméstica, de incentivos à chegada de imigrantes para exploração da terra e criação de um mercado de consumo interno, de centralização da atividade bancária, além da criação de sistemas transcontinentais de ferrovias e telégrafo (ARRIGHI, 1996, p. 300). A principal inovação capitalista norte-americana nesse período foi o modelo de integração vertical das grandes corporações (CURY, 2006, p. 98) que, cada vez menos dependentes de capital inglês, tornaram obsoletas as indústrias familiares e tinham como destino final de suas mercadorias o pujante mercado interno americano que daria origem à primeira sociedade de consumo de massa da história.

Graças à evolução nas organizações empresariais e à aliança destas com o governo, os EUA transformaram-se em pouco tempo na maior nação industrial do mundo. Dispondo de amplo território, rico em recursos naturais, distribuição mais equânime das terras pela população de imigrantes, um mercado interno em franco crescimento e liberdade individual garantida por uma constituição democrática e por um governo federalista, os grupos capitalistas prosperaram como nunca.

Nas décadas seguintes à Guerra Civil, a economia agrícola e artesanal foi substituída pelo mundo industrial do carvão, aço e vapor. Pequenas firmas individuais e familiares foram superadas por grandes complexos industriais, que aproveitaram da ampla disponibilidade de matérias-primas, mão de obra extensiva e barata, inovação tecnológica, um crescente mercado de consumo e políticas estatais favoráveis para transformar os Estados Unidos, de longe, na maior nação industrial no mundo na virada do século XX. (KARNAL, 2007, p. 177).

Do outro lado do Atlântico, a Inglaterra entrava no caminho sem volta da expansão financeira. A queda na taxa de lucro do setor agroindustrial e o excesso de capital especulativo empurraram as empresas britânicas para a intermediação comercial e financeira global (ARRIGHI, 2001, p. 139). Conforme o gráfico abaixo, a partir de 1850 a renda nacional da Inglaterra passou a depender de juros e dividendos obtidos de empréstimos no exterior e de serviços financeiros, como especulação cambial e agiotagem, em contraste com o aumento do déficit no comércio exterior.

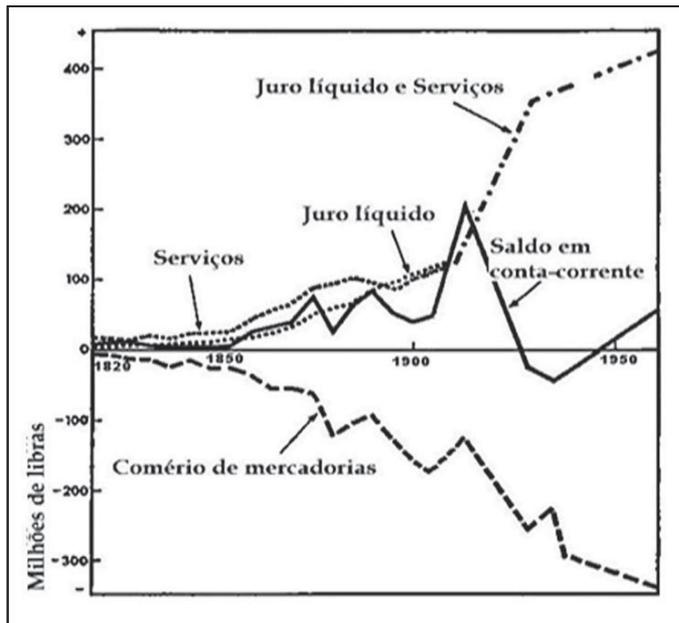


Gráfico 1. O balanço de pagamentos da Grã-Bretanha (1820-1950).

Fonte: HOBSBAWM, 1979, p. 312.

No período de 1870 a 1913 a Inglaterra respondia por 41,8% dos investimentos estrangeiros mundiais, seguida pela França e Alemanha, com 19,8% e 12,8% respectivamente (DAUDIN; MORYS; O'ROURKE, [2005?], p. 33). O principal destino dos capitais ingleses eram os EUA (20%) – mais que o dobro do destinado aos outros principais receptores como Canadá, Argentina, Austrália e Índia. A proporção de capitais ingleses encaminhado ao setor público norte-americano entre 1883 e 1913 passou de 32,2% para 48,6% (ESTEVES, [2005?], p. 31), ou seja, por mais que o setor privado reduzisse a dependência do capital inglês, o setor público mantinha alto grau de vulnerabilidade em relação à Inglaterra – fato que seria alterado pela Primeira Guerra Mundial.

Os custos da Grande Guerra para a Inglaterra foram muito além dos gastos com as forças armadas. A elevação dos impostos e a crescente intervenção estatal na economia em nome do esforço de guerra tiveram papel decisivo não apenas na perda de competitividade das empresas familiares britânicas, mas principalmente na mudança da posição de credora para devedora dos EUA⁵ (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

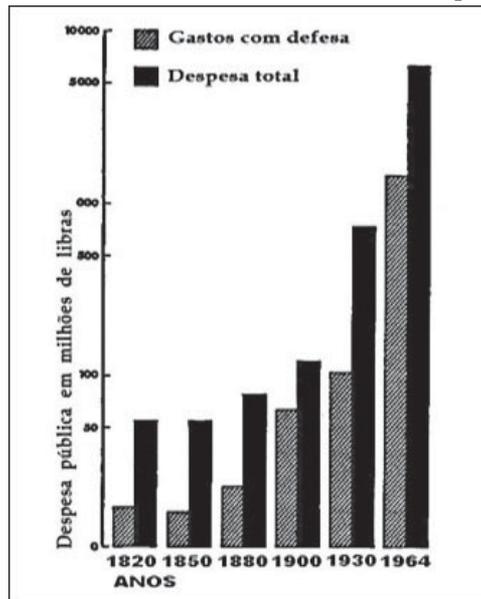


Gráfico 2. A defesa como proporção da despesa pública total (Grã-Bretanha).

Fonte: HOBBSAWM, 1979, p. 314.

⁵ Diante do imperativo de custear “necessidades absolutas de subsistência e guerra” o governo britânico chegou a emprestar dos norte-americanos não muito menos de 1 bilhão de libras esterlinas (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

Assim, o modelo britânico foi deteriorado pelo desgaste da guerra cujos custos sobrecarregaram a economia real e obrigaram o governo inglês a elevar sua vulnerabilidade e dependência dos EUA.

Grande parte dos equipamentos necessários [à guerra] só podia ser fornecida pelos Estados Unidos, e sua compra deu início à erosão dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos. [...] No fim da guerra, portanto, os Estados Unidos haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infraestrutura de sua própria economia doméstica no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos. (ARRIGHI, 1996, p. 278-279).

Portanto, percebemos o retorno ao roteiro das transições hegemônicas exposto anteriormente. A hegemonia britânica em processo de expansão financeira e de aumento da interdependência econômica com o emergente associado, os EUA, aprofundava essa relação bilateral de forma desvantajosa para conter a ameaça de um emergente revisionista (a Alemanha imperial). A redução nas assimetrias de poder e riqueza entre a Inglaterra e os EUA já vinham ocorrendo desde meados do século XIX, mas o que acabou destruindo a centralidade e vitalidade do capitalismo familiar britânico e, por conseguinte, acelerando a concentração de poder e riqueza nos EUA, não foi a concorrência de mercado, mas os confrontos militares (ARRIGHI, 2001, p. 143). Logo, ao final da Primeira Guerra Mundial a interdependência anglo-americana havia mudado, com a Inglaterra passando para o lado mais vulnerável. Entretanto, seria necessária ainda a Segunda Guerra Mundial para elevar os EUA como a nova hegemonia mundial e colocar a Inglaterra no papel de coadjuvante.

Não por acaso, os dois casos históricos apresentados caracterizam o processo de transição hegemônica no sistema-mundo moderno. Em comum, ambos apresentam:

1. Uma conjuntura de redução gradual na interdependência assimétrica entre hegemonia em declínio (A) e emergente associado (C). Tal redução de assimetrias ocorre em favor de (C), que vive um processo de expansão material concomitante e vinculada à expansão financeira centrada em (A);

2. Uma força revisionista, expansionista e de caráter geopolítico continental (B) atua como catalisador da aliança (A-C), desencadeando um período de caos sistêmico marcado por confrontos militares;
3. Tais conflitos, como a Guerra de Sucessão Espanhola para as Províncias Unidas e a Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra, significaram lutas pela segurança dos interesses vitais e soberanos de ambos, que saíram como vencedores oficiais. Porém, os custos econômicos e político-militares destas vitórias aceleraram o processo conjuntural de aumento da vulnerabilidade e dependência em relação ao emergente associado, que acabou por se transformar na nova hegemonia sob a lógica do *tertius gaudens*⁶.

O argumento central deste trabalho parte da premissa de que os EUA podem ser caracterizados, desde os anos 1970, como um poder hegemônico em declínio (A), posto que passam por um visível processo de expansão financeira; em tal contexto a China pode ser identificada como um emergente associado (C), posto que vive desde fins dos anos 1970 um processo de abertura econômica e de expansão material associada, em boa medida, a capitais, tecnologias e mercados norte-americanos. Conforme mencionado na introdução, o emergente revisionista (B) não é um Estado expansionista, mas um estado de conflito constante dos EUA com inimigos diversos, sendo o terrorismo islâmico o oponente da vez.

Apesar das inúmeras diferenças presentes nos três pares de relações enunciados – nas relações “Holanda-Inglaterra” nos séculos XVII e XVIII, na desenvolvida por “Inglaterra-EUA” nos séculos XIX e XX e na atual interação entre “EUA-China” nas últimas quatro décadas – é lícito afirmar que em todos os casos houve um aumento quantitativo na interdependência, ou seja, cada lado tornou-se mais sensível ao outro, enquanto as vulnerabilidades eram gradativamente alteradas em favor do emergente associado.

As inúmeras peculiaridades das relações sino-americanas tornam, até o momento, pouco sólidas as previsões de substituição dos EUA pela China como nação mais relevante do sistema mundial. Não obstante,

⁶ “*Tertius gaudens*” é uma expressão latina que significa “o terceiro se alegra”. Refere-se a ocasiões em que um terceiro agente tira proveito do litígio de outros dois ao garantir seus próprios interesses, enquanto os outros se enfraquecem (BIRNBAUM, 1995, p. 258).

ainda que uma transição hegemônica nos moldes do passado seja pouco provável, o argumento aqui defendido é que a dependência chinesa dos EUA, mais evidente nas décadas de 1970 e 1980, se transformou numa relação de mútua dependência em níveis cada vez mais equilibrados e que tal processo foi acelerado a partir de 2001 com a eleição de George W. Bush e o início da Guerra ao Terror.

As seções seguintes abordarão com mais detalhe algumas áreas específicas das relações sino-americanas com o intuito de testar a hipótese de que os custos da Guerra ao Terror acentuaram as vulnerabilidades relativas dos EUA, abrindo espaços estratégicos para a China e reduzindo as assimetrias, outrora favoráveis aos EUA, na interdependência sino-americana.

4 A CONJUNTURA DA APROXIMAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

4.1 Os Estados Unidos de 1973 a 2001

Os ataques de 11 de setembro e a subsequente Guerra ao Terror estão imersos em uma conjuntura de declínio hegemônico norte-americano, caracterizada pelo processo de expansão financeira iniciado na década de 1970 e semelhante ao ocorrido com Inglaterra e Holanda em seus “outonos” hegemônicos. Tal processo decorreu da crise de lucratividade das grandes corporações norte-americanas, provocada pela acentuada concorrência das empresas alemãs e japonesas no processo de “desenvolvimento desigual”⁷; pelo modelo de redes informais e subcontratação das economias manufatureiras da Ásia oriental e pelos custos financeiros e militares da Guerra do Vietnã (ARRIGHI, 2008).

Para responder à pressão de baixa das taxas de lucro resultante da concorrência alemã e japonesa, o governo norte-americano encontrou uma solução keynesiana, por meio de déficits federais, flexibilidade monetária e ruptura com o sistema de câmbio fixo de Bretton Woods e manteve a

⁷ Desenvolvimento desigual (*uneven development*) é usado por Robert Brenner como sinônimo de “catching up” ou “[...] o processo pelo qual os retardatários do desenvolvimento capitalista tentam e acabam conseguindo alcançar os líderes deste movimento [...], diferindo do uso contemporâneo, que designa a tendência de polarização geográfica do capitalismo (ARRIGHI, 2008, p. 112). Arrighi explica que o próprio sucesso dos EUA em promover a expansão do mercado global após a Segunda Guerra Mundial diminuiu suas vantagens, uma vez que a recuperação das economias do Japão e da Alemanha, bem como a ascensão de países asiáticos voltados para a exportação, intensificou a concorrência interempresarial (ARRIGHI, 2008, p. 154).

expansão econômica mundial a partir de um sistema financeiro inflado e pouco regulado. Porém, essa expansão movida por endividamento público gerou uma demanda insustentável no longo prazo e aumentou a vulnerabilidade dos EUA em relação a credores estrangeiros.

Visando recuperar a competitividade das empresas norte-americanas, restabelecer a confiança no dólar e centralizar o dinheiro do mundo de novo nos EUA, os governos republicanos de Reagan e Bush I buscaram: a) a elevação da taxa de juros para o governo competir pelo capital circulante mundial; b) a desregulamentação do sistema financeiro para incentivar o livre fluxo de capitais; e c) o endividamento do Estado com gastos militares, ora com o reaquecimento da Guerra Fria – sendo o programa “Guerra nas Estrelas” do governo Reagan, o exemplo mais conhecido – ora com a série de exibições militares em países “inamistosos” do Terceiro Mundo, tais como Granada, Líbia, Panamá e Iraque (ARRIGHI, 1996, p. 328).

No âmbito geral, o objetivo dessas ações foi atingido já que a queda na taxa de lucro das empresas passou a ser compartilhada com a Alemanha e o Japão; o leste asiático, em especial a China, passou a receber capital e tecnologia das grandes corporações visando explorar as vantagens produtivas locais; e porque os EUA experimentaram um período de forte crescimento econômico.

Não obstante, esta retomada adquiriu caráter insustentável, culminando na bolha financeira da segunda metade da década de 90, durante o governo Clinton. A valorização do dólar feita em 1995 pelo Acordo Plaza invertido⁸, aliada ao regime de crédito fácil do FED⁹ e à expansão da dívida pública e privada, provocou uma maciça entrada de capital estrangeiro nos EUA – resultando numa verdadeira bolha financeira cuja principal força ativa foi a atuação de empresas não financeiras norte-americanas, que buscaram “[...] ampliar enormemente seu endividamento

⁸O Acordo Plaza invertido, de 1995, teve como objetivo a valorização do dólar para aumentar a competitividade dos setores manufatureiros de Japão e Alemanha e evitar que estas economias entrassem em recessão. O acordo ficou conhecido como “invertido” para se diferenciar do primeiro Acordo Plaza de 1985, que teve propósitos exatamente opostos, ao desvalorizar o dólar para aumentar a competitividade norte-americana.

⁹“Federal Reserve System”, a entidade que funciona como o Banco Central dos Estados Unidos, criada em 1913 e responsável pela política monetária deste país. Fonte: Oxford Dictionaries. Disponível em: <<http://oxforddictionaries.com>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

com o propósito de comprar ações em volume colossal.” (ARRIGHI, 2008, p. 151).

Portanto, os EUA chegam à virada do século XXI com uma crescente dependência de investimentos externos para subsidiar o endividamento público, o consumo privado e os déficits em conta corrente. Se ao menos estes investimentos fossem em grande parte produtivos, pondera Dorn (2008, p. 161), os EUA poderiam incorrer em déficits “saudáveis”. Porém, o capital especulativo neste período chegou a somar US\$1,6 trilhão em comparação com cerca de US\$900 bilhões em investimentos produtivos (BRENNER, 2003, p. 275).

4.2 A CHINA DE 1978 A 2001

As transformações ocorridas na China a partir da abertura promovida por Deng Xiaoping em fins dos anos 1970 são características da expansão material vivida por um emergente associado enquanto o *hegemon* avança no processo de expansão financeira. Em termos políticos, a aproximação com os EUA, já nos últimos anos da era Mao, significou a contenção da União Soviética e o reconhecimento internacional da China comunista, representado pelo direito ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Na esfera econômica, as Quatro Modernizações de Deng (indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas) iniciaram um processo de vinculação da China aos EUA e ao mundo capitalista. Inspirando-se na experiência japonesa e dos tigres asiáticos, as lideranças chinesas passaram a enxergar o macro-ambiente cooperativo com os EUA como fator crucial para o desenvolvimento econômico do país (DENG; WANG, 2005, p. 204).

Do ponto de vista norte-americano, a aproximação com os países do leste asiático significou mais do que a contenção da União Soviética. O estreitamento dos laços econômicos garantiu o acesso a uma mão de obra barata e disciplinada, de origem rural e adaptada ao trabalho intensivo (MARIUTTI, 2011, p. 32), que se encaixaria na busca por menores custos de produção para as empresas norte-americanas que, por sua vez, enfrentavam crescente concorrência das empresas alemãs e japonesas. Logo, o imperativo estratégico dos EUA, aliado às necessidades econômicas e à

mudança de paradigmas do Estado chinês fizeram da China o *locus* de uma expansão material asiática – iniciada pelo Japão – que recolocou o país no mapa das redes capitalistas globais.

Com efeito, não apenas as exportações da China passaram a depender do consumo dos norte-americanos, mas inúmeros outros fatores foram cruciais para a ascensão do país asiático na divisão internacional do trabalho na região Ásia-Pacífico: importação de bens de capital e tecnologia de ponta; atração de capitais dos EUA, da Europa e do Japão; e desenvolvimento de capital humano com intercâmbio de jovens chineses nas universidades dos EUA (DENG; WANG, 2005, p. 205-214). Portanto, ainda que uma parte considerável dos investimentos produtivos na China tenha vindo dos países vizinhos proveniente da diáspora chinesa, a partir da década de 1980 nota-se um primeiro sinal de interdependência sino-americana, embora extremamente assimétrica em favor do lado ocidental, ou seja, uma relação na qual a China apresentava-se mais vulnerável e dependente.

A divisão internacional do trabalho na Ásia-Pacífico moldou-se da seguinte forma ao longo dos anos 1980: o Japão concentrando-se nas áreas de informática, automóvel, robótica e outros setores de ponta; os Tigres Asiáticos entrando nos setores de aço, produção naval, automóveis, motores e produtos elétricos; e a China, associando-se a este movimento, recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais por meio das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), concorrendo com as nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e desempenhando papel semelhante ao desempenhado pelos Tigres nos anos anteriores (VIZENTINI, 2007, p. 57).

O modelo do Japão baseado em estabilidade política, desenvolvimento econômico e parceria preferencial com os EUA indicava o surgimento de uma nova potência mundial na década de 1980. Porém, a primazia do dólar, a dependência militar dos EUA e a aproximação sino-americana travaram estas perspectivas (MARIUTTI, 2011, p. 33; PECEQUILO, 2009, p. 123-125).

Em contrapartida, após dez anos de reformas econômicas e sociais, a China entra na década de 1990 como duplamente atraente ao capitalismo global (MEDEIROS, p. 256) – pelo papel desempenhado no comércio exterior pelos investimentos públicos na indústria pesada

(siderurgia, química pesada, alumínio) assim como na infraestrutura, estradas e construção civil (MARIUTTI, 2011, p. 38).

Por um lado, a China tornou-se o grande absorvedor das exportações asiáticas ao receber empresas transnacionais dos EUA e Japão e agregar valor aos produtos primários oriundos de seus vizinhos. Por outro, através de um keynesianismo desenvolvimentista associado a capitais e tecnologia estrangeiros (CARVALHO; CATERMOLA, 2009, p. 248), a China transformou-se em produtor mundial de manufaturas de baixo valor unitário (tanto em bens tradicionais quanto em produtos eletrônicos), as quais, através da desvalorização cambial, passaram a inundar os mercados dos países desenvolvidos. Neste sentido, a inovação chinesa não se baseia tanto em avanços tecnológicos, mas em mudanças organizacionais, que acabam por tornar obsoleto o modelo de grandes corporações verticalmente integradas, como a General Motors, em prol de empresas terceirizadas, subcontratadas, espalhadas pelo leste asiático e comandadas pela diáspora capitalista ultramarina chinesa, que tem no comércio varejista tipo Wal-Mart, o destino final de seus produtos (ARRIGHI, 2008, p. 352).

Mariutti (2011, p. 34-35) aponta dois pontos de tensão na articulação sino-americana que se tornaram mais patentes na década de 1990. Nos EUA, a fuga de investimentos produtivos para a China, associada à expansão dos ativos financeiros e do crédito, teve como consequências o surto de bolhas especulativas e a hipertrofia do setor de serviços de luxo e entretenimento, em detrimento de empregos no setor industrial. Para a China, o processo engendrou um modelo exportador que atraiu investimentos produtivos, mas que se manteve vulnerável aos EUA, posto que tem vinculado seu desenvolvimento ao mercado consumidor e financeiro americano e de outros países desenvolvidos. Ademais, criou ou realçou uma série de problemas internos na China (HUNG, 2009, p. 13), como o aumento da desigualdade entre as elites industriais nas cidades costeiras (*urban bias*) e os camponeses no interior; a compressão dos salários e do consumo interno em prol de lucros corporativos e de mercados estrangeiros; e um êxodo rural em escala inédita na história.

Essa vulnerabilidade, porém, acabou por tornar-se recíproca dado que o consumo, a expansão do crédito e o déficit público e em conta corrente nos EUA foram possibilitados pela compra de títulos públicos por

credores estrangeiros, em sua maioria da China, Japão ou de outras partes da Ásia Oriental. Por sua vez, os credores tornaram-se reféns do dólar e do mercado consumidor dos EUA, ficando vulneráveis a crises e surtos protecionistas desse país.

Esta tensão a que se refere Mariutti é, em outras palavras, o fenômeno (previamente debatido) da mudança de vulnerabilidades entre hegemonia e emergente associado. Nas transições do passado, o emergente reduzia sua dependência em relação à hegemonia conforme esta mergulhava na expansão financeira e em confrontos militares. Já na atual relação EUA-China a grande questão a ser respondida é se o desgaste norte-americano na Guerra ao Terror acarretou mais ou menos vulnerabilidade relativa para a China. É fato que ambos tornaram-se mais sensíveis um ao outro em termos quantitativos, mas resta saber se em termos relativos esta mudança foi prejudicial aos EUA e benéfica para a China.

5 ESTADOS UNIDOS E CHINA: CUSTOS E GANHOS RELATIVOS COM A GUERRA AO TERROR (2001-2011)

5.1 OS CUSTOS DA GUERRA AO TERROR PARA OS EUA

A ascensão dos neoconservadores com a eleição de George W. Bush emerge de um contexto que mereceria maior aprofundamento a respeito da situação dos EUA na década de 1990, quando prevaleceu a crença na vitória da democracia, da globalização e do livre mercado sobre os regimes autoritários socialistas. Para não fugir dos limites deste trabalho, entretanto, limitamo-nos a enfatizar a forte influência e suporte financeiro dos adeptos das teses conservadoras como o “excepcionalismo americano” e o “choque de civilizações” no processo decisório de política externa dos EUA, seja na forma de doações para as campanhas eleitorais de 2000 e 2004, ou nas figuras dos principais assessores de Bush, como Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz (BURBACH; TARBELL, 2004, p. 80). Tampouco vai ser possível descrever aqui a cronologia dos fatos que se seguiram aos atentados de 11 de setembro. Busca-se, no momento, compreender como os custos desses empreendimentos militares impactaram na economia (e na hegemonia) norte-americana e elevaram

sua vulnerabilidade em relação à China, tendo em vista o contexto de crescente interdependência entre os dois países.

O gráfico 3 apresenta os gastos com defesa do governo norte-americano no período 1960-2012 em valores do dólar de 2005. Percebem-se três saltos referentes, respectivamente, à Guerra do Vietnã no intervalo 1965-70, à “Segunda Guerra Fria” no mandato de Ronald Reagan na década de 1980 e à Guerra ao Terror na década de 2000. Embora a relação gastos militares/PIB tenha sofrido uma elevação não tão grande se comparada aos 40% da Segunda Guerra Mundial ou aos 10% do auge da Guerra do Vietnã (de 3,5% em 1999 para 6% em 2009), a conjuntura de expansão financeira nesse aumento mais recente expôs as fragilidades atuais da economia norte-americana.

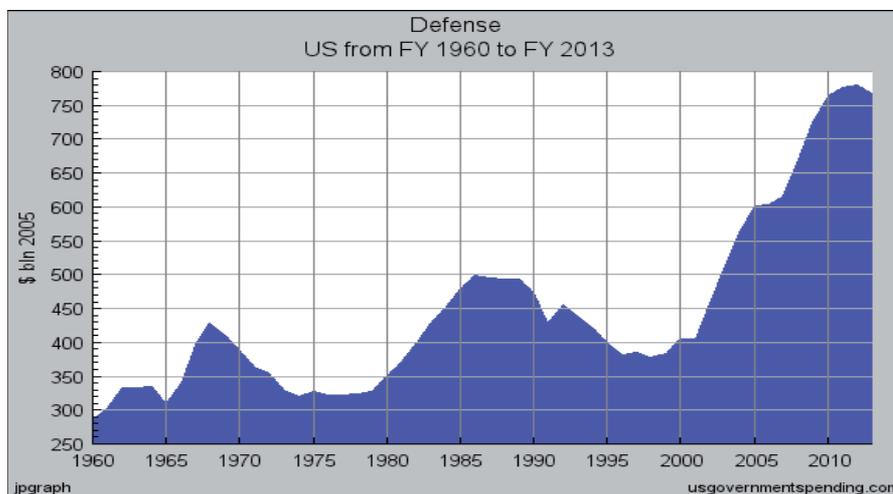


Gráfico 3. EUA: gastos com defesa em relação ao dólar (1960-2012) (valores deflacionados para 2005).

Fonte: Disponível em: <<http://www.usgovernmentsspending.com>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

De acordo com dados oficiais do Congresso norte-americano, os custos nominais do Departamento de Defesa em dez anos de Guerra ao Terror foram estimados em torno de US\$1,3 trilhão, dos quais cerca de US\$800 bilhões foram gastos no Iraque, US\$450 bilhões no Afeganistão,

e mais algumas dezenas de bilhões tiveram destinos secundários ligados às operações nestes países (BELASCO, 2011, p. 3).

A tabela abaixo demonstra que os gastos diretos com a Guerra ao Terror ocuparam parte considerável do orçamento do Pentágono, sendo 2007 e 2008 os anos de auge da insurgência no Iraque e no Afeganistão, demandando cerca de 1/4 da verba total¹⁰ (tabela 1). Embora não seja contabilizada como custo de guerra, uma parcela considerável de gastos-base do Pentágono também está ligada ao combate ao terror, como o aumento no recrutamento de soldados e fuzileiros e o desenvolvimento de equipamentos específicos para combate nos países ocupados. Neste sentido, Wheeler afirma que em valores de 2011, os custos poderiam chegar a quase US\$2 trilhões.

Tabela 1. Parcela da Guerra ao Terror no orçamento de Defesa dos EUA (US\$ bilhões)*valores deflacionados para 2011.

	Guerra ao Terror (A)	Gasto base (B)	Total (C)	Relação (A/C)
2001	21	385	406	5,30%
2002	21	421	442	4,77%
2003	96	444	540	17,84%
2004	87	476	563	15,50%
2005	118	437	555	21,33%
2006	130	466	596	21,91%
2007	179	472	651	27,51%
2008	188	520	708	26,61%
2009	153	536	689	22,26%
2010	156	548	704	22,18%
2011	159	529	688	23,12%
Total	1,313.0	5,238.7	6551.7	20,04%

Fonte: Elaboração do autor com base em WHEELER, 2011.

Para além do setor de defesa, o gráfico abaixo apresenta a relação receita/despesa dos governos norte-americanos desde os anos 1960.

¹⁰ Curiosamente, o orçamento do Pentágono proposto por Bush logo após sua eleição em 2000 previa gastos similares aos do governo Clinton, demonstrando que defesa não era prioridade em seu mandato. Porém, após os ataques de 11 de setembro tais valores foram revistos e a verba anual saltou de US\$358,9 bilhões em 2000 para 708,5 em 2008 (WHEELER, 2011, p. 10).

Coincidentemente, todas as administrações republicanas apresentaram gastos maiores que a receita (Nixon, Ford, Reagan, Bush pai e Bush filho), mas em nenhuma a disparidade foi tão gritante quanto a do governo Bush filho, fato que se deve não apenas à Guerra ao Terror mas também a uma série de cortes em impostos que reduziram a arrecadação do Estado empurrando o déficit a US\$7 trilhões.

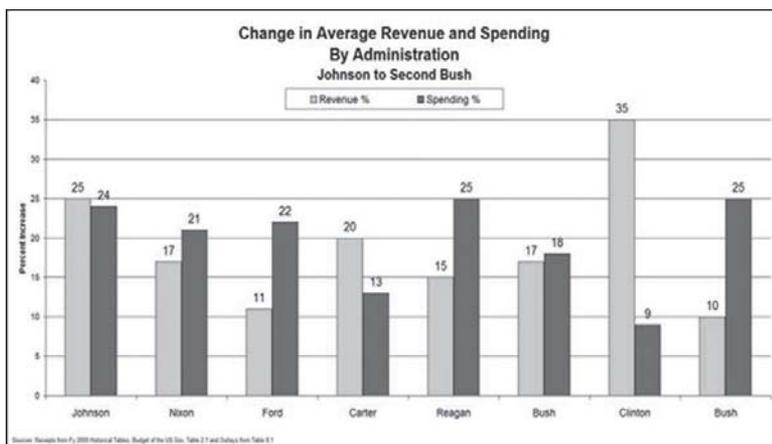


Gráfico 4. Relação receita/gastos por presidências nos Estados Unidos.
 Fonte: US Department of Commerce: Bureau of Economic Analysis.

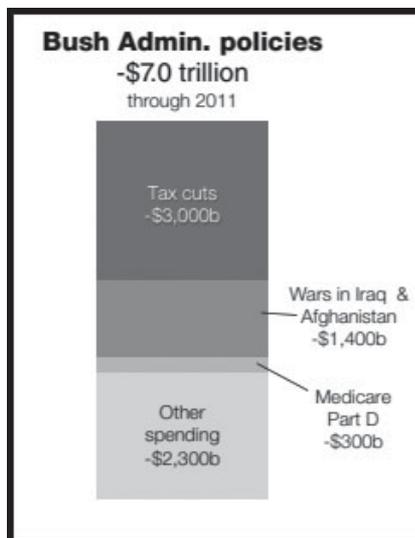


Gráfico 5. Gastos da administração George W. Bush.
 Fonte: US Treasury.

Para financiar as incursões militares no Grande Oriente Médio, Bush tinha quatro possibilidades e seguiu duas (ARRIGHI, 2008, p. 206-209). O presidente não optou por elevar os impostos, pois isso minaria sua base política e iria contra sua plataforma eleitoral; e também não conseguiu fazer com que a guerra se pagasse, posto que o controle do petróleo iraquiano não foi suficiente para cobrir os custos da guerra.

As duas opções seguidas foram, então, tomar empréstimos no exterior e emitir moeda. Os empréstimos no exterior vieram na forma de compra de títulos públicos do FED e os principais credores deixaram de ser investidores privados e passaram a ser governos estrangeiros, em sua maioria do leste asiático, que ganharam influência sobre a política econômica do país, tornando-o mais vulnerável a fatores externos. Tal fenômeno assemelha-se à demanda dos holandeses por capital inglês para colaborar na luta contra a França na Guerra de Sucessão Espanhola e à busca da Inglaterra por recursos financeiros norte-americanos para combater a Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

A emissão desenfreada de moeda para fechar as contas do governo gerou uma desvalorização brutal do dólar (de 35% em relação ao euro e 24% em relação ao iene, entre 2001 e 2004) e funcionou como um “calote *soft*” sobre os credores, uma vez que reduziu o valor de seus papéis. Assim, o ajuste entre o dólar desvalorizado e a valorização das moedas dos países com maior superávit em transações correntes, tais como os do leste asiático implicou, no longo prazo, a diminuição do função do dólar como meio de pagamento internacional e como reserva de valor. Portanto, esse excesso de capital cobriu provisoriamente os déficits do Estado norte-americano, rolando a dívida à custa do aumento da vulnerabilidade em relação aos credores do outro lado do Pacífico.

No plano interno, o excesso de liquidez propiciado pelo Fed combinou-se com a redução da taxa de juros e a frouxidão na regulamentação e fiscalização dos bancos privados (IEP, 2011). Com isso, em alguns anos o mercado imobiliário tornou-se o motor de uma febre especulativa que viria a explodir em 2008 com a crise das hipotecas de alto risco (*subprime*). Os gráficos 6 e 7 abaixo apresentam, respectivamente, a expressiva redução da taxa de juros no primeiro mandato da administração Bush como tentativa – bem sucedida no curto prazo – de aquecer a economia e a ebulição do

mercado financeiro após 2003, como resultado da expansão financeira ocorrida no final dos anos 1990 e da alta dos preços do petróleo após a invasão do Iraque.

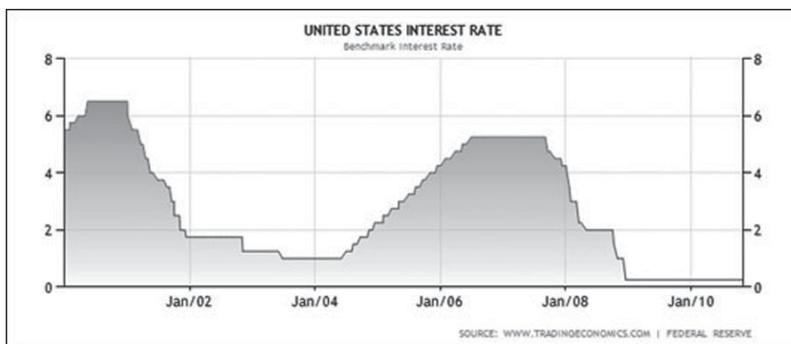


Gráfico 6. Taxa de juros nos Estados Unidos (2000-2010).

Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

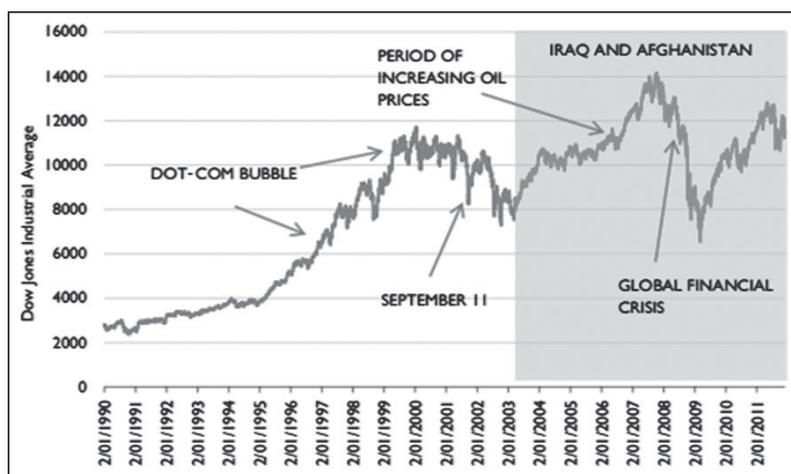


Gráfico 7. Eventos da Bolsa de Valores Dow Jones entre 1990 e 2011.

Fonte: Institute for Economics and Peace (IEP), 2011, p. 16.

Outros efeitos indiretos da guerra também contribuíram para fragilizar a economia norte-americana. O preço do barril de petróleo ao longo da década saltou de US\$ 29 em 2001 para US\$ 97 em 2008, gerando indexação de preços dos setores mais vulneráveis a este produto tal como as

companhias aéreas, que enfrentaram dificuldades financeiras com muitas indo à falência (BILMES; STIGLITZ, 2006, p. 19). Ainda que o furacão Katrina e a crescente demanda chinesa tenham contribuído para o salto do preço do hidrocarboneto, a invasão do Iraque e a instabilidade do Oriente Médio foram as principais causas deste processo. Logo, para a economia dos EUA, extremamente dependente do petróleo e seus derivados, a alta de preços constituiu um fator de encarecimento e perda de competitividade.

Mantendo a tendência de endividamento público com gastos militares – amenizada em breves períodos – a dívida pública norte-americana chegou a ultrapassar 100% do PIB em 2009.

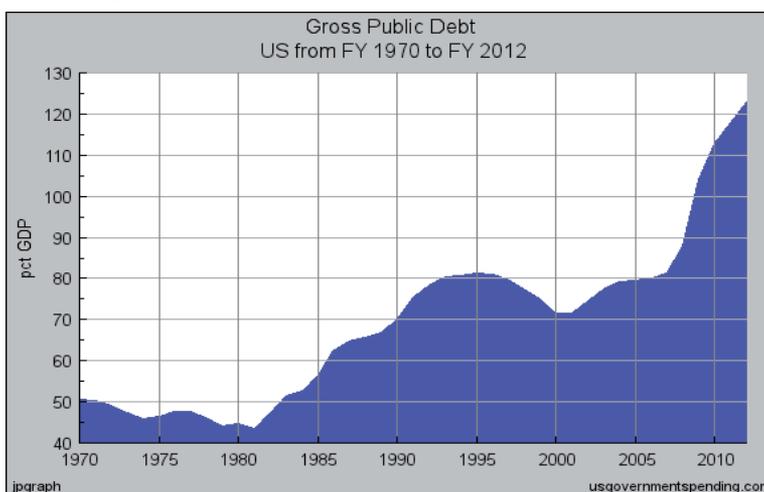


Gráfico 8. EUA: Dívida pública em relação ao produto interno bruto (1970-2012).

Fonte: Disponível em: <<http://www.usgovernmentpending.com>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

James Dorn (2008, p. 152) chama a atenção para o crescente hiato entre receita e despesa nos EUA, não apenas nas contas do governo, mas também nos níveis de consumo e renda dos indivíduos. Para ele, “viver além dos próprios meios” tem elevado a vulnerabilidade dos norte-americanos em relação a credores no exterior. De 2002 a 2011, a participação de capitais estrangeiros na posse de títulos da dívida americana passou de 1/6 para 1/3, sendo a maior parte controlada por bancos centrais da Ásia Oriental.

5.2 OS GANHOS RELATIVOS DA GUERRA AO TERROR PARA A CHINA

Se EUA e China estabeleceram laços econômicos profundos nos anos 1990, a década seguinte ficou marcada por uma interdependência vital entre ambos, criando outro tipo de MAD (Destruição Mútua Assegurada) – a chamada MADE (Destruição *Econômica* Mútua Assegurada) que vincula as vulnerabilidades econômicas de ambos os países. A grande diferença é que a antiga MAD entre os EUA e a União Soviética era definida em termos de capacidades militares, o “equilíbrio do terror”, enquanto que na atual MADE, também chamada de “equilíbrio do terror financeiro” (DORN, 2008, p. 154), a vulnerabilidade é medida em termos econômicos e seus impactos são tanto político-militares quanto propriamente econômicos – lembrando a afirmação de Fiori acima sobre a mútua causalidade entre economia e política na atual relação sino-americana.

O estilo “deficitário” típico das famílias e do Estado norte-americano desde os anos 1970 foi acentuado no governo Bush durante a Guerra ao Terror e encontrou na China do século XXI seu principal fiador. O caráter poupador da sociedade chinesa e o desenvolvimentismo baseado em exportações têm garantido ao Estado chinês amplas reservas líquidas em moedas estrangeiras, que acabam retornando aos EUA na compra dos títulos públicos, financiando tanto os déficits do governo quanto o consumo (de produtos chineses) das famílias norte-americanas. Para Wallerstein,

Na situação em que o mundo se encontra hoje, a China tem um superávit significativo no balanço de pagamentos com os Estados Unidos. Mas investe muito deste saldo nos próprios títulos do Tesouro norte-americano, o que permite a Washington continuar a investir grandes recursos em suas múltiplas atividades militares no mundo todo (principalmente no Oriente Médio), assim como ser um bom consumidor de exportações chinesas. (WALLERSTEIN, 2012).

Já Nye afirma que nenhum dos lados tem pressa em romper a (nova) simetria de vulnerabilidades, pois:

Os Estados Unidos aceitam importações da China e a China retém os dólares e títulos americanos, na verdade fazendo um empréstimo aos Estados Unidos. Embora a China possa ameaçar vender suas retenções de dólares e prejudicar a economia americana, a economia americana

enfraquecida significaria um mercado menor para as exportações chinesas, e o governo americano poderia reagir com tarifas contras as mercadorias chinesas. (NYE, 2009, p. 256).

As tabelas abaixo demonstram o aumento da importância da China como credora da dívida pública dos EUA. Em dezembro de 2011 os títulos em mãos chinesas chegavam a cerca de US\$ 1,1 trilhão de dólares e, apesar da oscilação mensal, desde 2009 a China detém cerca de 8% do valor total da dívida americana. Já em relação ao total da dívida controlado por estrangeiros (cerca de US\$ 5 trilhões ou 1/3 do total em 2011), a China sozinha responde por algo em torno de 25%, destacando-se ao lado do Japão, que retém 20% dela.

Tabela 2. Principais detentores estrangeiros dos títulos do tesouro americano (em US\$ bilhões).

	China	Japão	Exp. Petróleo	Brasil	BC's do Caribe	Taiwan	Total estrangeiros	Dívida pública total
2000	60.3	317.7	47.7		37.4	33.4	1015.2	
2001	78.6	317.9	46.8		27.6	35.3	1040.1	
2002	118.4	378.1	49.6	12.7	50.3	37.4	1235.6	6405.7
2003	159.0	550.8	42.6	11.8	47.3	50.9	1523.1	6998.0
2004	222.9	689.9	62.1	15.2	51.1	67.9	1849.3	7596.1
2005	310.0	670.0	78.2	28.7	77.2	68.1	2033.9	8170.4
2006	396.9	622.9	110.2	52.1	72.3	59.4	2103.1	8680.2
2007	477.6	581.2	137.9	129.9	116.4	38.2	2353.2	9229.2
2008	727.4	626.0	186.2	127.0	197.9	71.8	3077.2	10699.8
2009	894.8	765.7	201.1	169.2	128.2	116.5	3685.1	12331.3
2010	1160.1	882.3	211.9	186.1	168.4	155.1	4435.6	14025.2
2011	1151.9	1058.0	258.3	226.9	226.0	177.3	4996.4	15222.8

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do US Treasury.

Tabela 3. Participação da China no total de credores estrangeiros e NA dívida pública DOS EUA (%).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total credores estrangeiros	5,93	7,55	9,58	10,4	12,38	15,24	18,87	20,29	23,63	24,28	26,15	23,05
Dívida pública total			1,84	2,27	2,93	3,79	4,57	5,17	6,79	7,25	8,27	7,56

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do US Treasury.

A participação da China na dívida dos EUA representa um ganho de poder potencial. Desde sua abertura, a China esteve dependente e vulnerável ao consumo dos norte-americanos e, conforme atesta Hung (2009, p. 22), esta relação se mantém até hoje. Porém, até os anos 2000, as famílias e o governo norte-americano podiam se endividar e manter um alto padrão de consumo sem recorrer a empréstimos da China, enquanto hoje a economia dos EUA não funciona sem o crédito desse país.

Os impactos geopolíticos desta alteração de assimetrias tornam mais nítida a conclusão de que a China foi beneficiada, em termos relativos, com a Guerra ao Terror. Sua projeção de poder na Ásia Oriental, ora em organismos multilaterais ora em treinamentos militares, bem como a crescente influência econômica tanto em países centrais como periféricos, ocorre simultaneamente ao desgaste do apelo hegemônico norte-americano no mundo. A aproximação da China com os países da África, América Latina, Oriente Médio e Ásia Central merece atenção, especialmente no tocante aos seus impactos em arranjos regionais de poder costurados historicamente pelos EUA, tais como a relação sino-iraniana e o novo jogo de forças no Oriente Médio.

De todo modo, não há como negar que os custos da Guerra ao Terror para os EUA se transformaram em benefícios relativos para a China. A redução de assimetrias entre os dois países, que foi acelerada na última década, não faz da China uma nação autossuficiente ou apenas com vulnerabilidades internas. Porém, vista em perspectiva histórica, a interdependência cada vez menos assimétrica com os EUA pode ser vista como um avanço considerável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica da relação “hegemonia em declínio – emergente associado” é deveras ilustrativa para se compreender a atual relação EUA-China. Tal como a Guerra de Sucessão Espanhola para as Províncias Unidas e a Primeira Guerra Mundial para a Inglaterra, a Guerra ao Terror aparece em uma conjuntura de “outono hegemônico” e de expansão financeira, deixando a economia norte-americana mais vulnerável a um emergente a ela associado, no caso, a China.

Depreende-se, pois, que a China dos anos 1970 em diante, tal como a Inglaterra no século XVIII e os EUA no século XIX e começo do século XX, também teve o início de seu desenvolvimento econômico associado e dependente da hegemonia de sua época. Porém, tal como nos casos anteriores, a partir dos anos 1990, essa dependência foi sendo gradualmente substituída por uma série de alianças inovadoras entre capitais produtivos e o Estado chinês. Com uma sociedade poupadora e um Estado superavitário, a China tornou-se, na década de 2000, o país mais apto a financiar um EUA consumista com um Estado deficitário com os altos custos das guerras. As analogias apontam para os empréstimos ingleses para a Holanda na Guerra de Sucessão Espanhola e para os empréstimos norte-americanos para a Inglaterra na Primeira Guerra Mundial.

Logo, se tais analogias são possíveis, por que não se pode afirmar uma transição hegemônica dos EUA para a China nos moldes do passado? Por que os EUA não parecem afundar como a Inglaterra sucumbiu durante e após as duas guerras mundiais? E por que a China não aparece como uma nova hegemonia capaz de reorganizar o sistema-mundo moderno à sua imagem e semelhança?

Lembre-mos do que foi mencionado na introdução: embora os EUA enfrentem sérios desgastes e desafios, mantêm-se como a maior e mais dinâmica economia do mundo e com uma supremacia militar incontestada. E por mais que a riqueza mundial venha se deslocando gradativamente para a Ásia, Fiori nos lembra da busca incessante dos Estados por poder global – busca na qual os submarinos, porta-aviões, tanques e caças norte-americanos continuam incomparavelmente mais eficazes do que os de qualquer outra nação. Ademais, a Al-Qaeda e mesmo o Irã representam

ameaças menos mortíferas para os EUA do que a Alemanha Imperial foi para a Inglaterra ou a França monárquica foi para a Holanda.

Não obstante, a grande incógnita recai sobre a China. Por um lado, sua vulnerabilidade em relação aos EUA foi reduzida em termos de investimentos, tecnologia, recursos humanos ou mesmo de proteção (já que o adversário em comum, a União Soviética, deixou de existir). Por outro lado, a China continua extremamente vulnerável ao mercado consumidor norte-americano e aos rumos do dólar, entrando numa relação de “reféns mútuos” ou MADE com os EUA e contradizendo o roteiro histórico de inversão total de dependências.

Para sair menos vulnerável desta relação, os prospectos para a China são melhores do que para os EUA. Enquanto nos últimos anos o governo chinês tem buscado expandir o leque de parceiros comerciais, fomentar o mercado interno e ampliar as possibilidades de investimento e reprodução dos recursos naturais, o governo Obama continua a incentivar o crédito de longo prazo, a resgatar títulos podres de bancos privados e a reduzir timidamente os gastos com defesa e guerra. Entre a singularidade do presente e a similaridade com o passado, permanece o desafio para os cientistas sociais de compreender uma relação tão complexa como a sino-americana diante dos processos conjunturais das últimas quatro décadas e dos fatos concretos dos últimos onze anos.

REFERÊNCIAS

- ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- BELASCO, Amy. *The cost of Iraq, Afghanistan, and other global war on terror operations since 9/11*. Washington: Congressional Research Service (CRS), 2011.
- BILMES, Linda; STIGLITZ, Joseph E. The economic costs of the Iraq war: an appraisal three years after the beginning of the conflict. In: ASSA MEETINGS, 2006, Boston.

- Working Paper 12054. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12054>>. Acesso em: 10 maio 2012.
- BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 247-282.
- BOXER, C. R. *The Dutch seaborne empire (1600-1800)*. New York: Alfred A. Knopf, 1965.
- BRENNER, Robert. O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BURBACH, R.; TARBELL, J. *Imperial overstretch: Goerge W. Bush and the hubris of empire*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- CARVALHO, Cecília; CATERMOLA, Fabrício. Relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, 2009.
- CHASE-DUNN, Christopher K. *Global formation: structures of the world-economy*. Cambridge: Library of the Congress, 1989.
- CHASE-DUNN, Christopher K.; INOUE, Hiroko. Accelerating democratic global state formation. *Cooperation and Conflict*, London, v. 47, n. 2, p. 157-175, 2012.
- CURY, Vania M. *História da industrialização no século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- DAUDIN, G.; MORYS, M.; O'ROURKE, K. *Globalization: 1870-1914*. [2005?]. Center for Economic Policy Research. Disponível em: <<http://www.cepr.org/meets/meets2.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2012.
- DENG, Yong; WANG, Fei-Ling (Org.). *China rising: power and motivation in Chinese foreign policy*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.
- DORN, James A. The debt threat: a risk to U.S.–China relations? *Brown Journal of World Affairs*, v. 14, n. 2, p. 151-164, 2008.
- ESTEVES, Rui P. *Between imperialism and capitalism: European capital exports before 1914*. [2005]. Disponível em: <<http://economics.ouls.ox.ac.uk/14910/1/Imperialism.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2012.
- FIORI, José Luis. *The global power of United States: formation, expansion and limits*. [2009]. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/ARTIGOS_arquivos/Microsoft%20Word%20-%20The%20Global%20Power%20of%20United%20States.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- HUNG, Ho-Fung. America's head servant? The PRC's dilemma in the global crisis. *New Left Review*, London, n. 60, p. 5-25, Nov./Dec. 2009.
- INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE (IEP). *Economic consequences of war on the U.S. economy*. New York, 2011.
- KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Ordem e desordem internacional: tendências do capitalismo contemporâneo*. Campinas: Unicamp: CECON, 2011. (Textos avulsos, n. 9).
- MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e China. In: _____; FIORI, José L.; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.
- NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Ed. Gente, 2009.
- NYE, Joseph S. *The future of power*. New York: The Perseus Books Group, 2011.
- PECEQUILO, Cristina S. *Manual do candidato: política internacional*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- VIZENTINI, Paulo F. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *China e Estados Unidos: bem além dos mitos*. 2012. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2012/01/23/china-e-estados-unidos-bem-alem-dos-mitos/>>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- WHEELER, Winslow T. *Unaccountable: Pentagon Spending on the Post-9/11 Wars*. 2011. Disponível em: <<http://costsofwar.org/sites/default/files/articles/>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- ZHU, Zhiqun. *US-China relations in the 21st Century: power transition and peace*. New York: Routledge, 2006.

